

Caminhos abertos

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso explicitou muitas de suas posições políticas e das linhas de seu governo na entrevista coletiva à imprensa e nos pronunciamentos que fez em Buenos Aires. Sobre tudo, deu mostras de um sadio realismo, o que é um bom começo de início de governo. Em primeiro lugar, falando a 300 empresários que atuam na Argentina e que lá formam o *Grupo Brasil*, firmou posição com relação ao mandato de quatro anos: é o tempo mínimo para mudar os rumos da economia, mas talvez apenas o bastante para que se possa diminuir a concentração de renda no País. S. Exa. acredita que, superadas as dificuldades de 1995, o Brasil poderá acusar um crescimento médio do PIB da ordem de 7% ao ano, reencontrando tendência que marcou durante anos a economia brasileira. Ora, esse crescimento depende, como S. Exa. não poderá deixar de reconhecer, de reformas constitucionais, que sabe impossíveis de ser alcançadas agora.

Sempre defendemos a necessidade imperiosa de a reforma constitucional ser realizada ainda em 94 para que em 95 o novo governo pudesse ter os meios necessários para realizar sua política de desenvolvimento e atendimento às necessidades sociais. Em Buenos Aires, o presidente eleito, que até então fora reticente sobre a questão, fez questão de ser explícito: não há condições, este final de ano, para que se possa votar o necessário. Insistir em fazer a

reforma constitucional agora será engajar uma batalha perdida de antemão — coisa que, convém ter sempre presente, o senador Fernando Henrique Cardoso não gosta de fazer. Neste final de legislatura, o que pode ser feito é a aprovação do projeto de concessão de serviços públicos (de sua autoria) já votado com emendas pela Câmara e que aguarda a ratificação do Senado para ir a sanção. Seria bom o presidente eleito não nutrir ilusões nem a esse respeito: o substitutivo vindo da Câmara não é aprovado pelo relator do projeto e tem contra a posição do senador Fogaça o poderoso lobby das concessionárias de energia elétrica, especialmente estatais. É possível, assim, que o projeto do senador Fernando Henrique Cardoso, cuja aprovação o presidente eleito considera importante para seu governo, só seja discutido no início da próxima sessão legislativa, se o for.

Cardoso parece ter-se convencido dos argumentos dos que têm como impossível qualquer emenda constitucional que reduza o quórum de votação de emendas constitucionais — embora se pudesse discutir se uma reforma constitucional reduzindo o quórum poderia ser argüida de inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), desde que respeitado o



quórum exigido para sua entrada em vigor (3/5 de cada Casa em dois turnos separados de votação). Para evitar uma questão com a Suprema Corte, o senador sugere que se alterem dispositivos regimentais a fim de permitir uma votação mais rápida das emendas constitucionais (por 3/5). Esse "atalho" é o único caminho que parece viável ao senador Fernando Henrique Cardoso — atalho regimental, que não dispensa o político, que é, como fez questão de acentuar, o enten-

dimento sobre as matérias a ser votadas: "Não se consegue geralmente uma modificação importante nem na legislação ordinária, nem na Constituição, senão como consequência do entendimento". Ora, para um governo que parece dispor desde o início de sólida maioria parlamentar para realizar projetos de interesse geral, a referência ao entendimento deve entender-se como sendo entre os partidos que apóiam a Presidência — ou se tentará em nome do "entendimento" e de uma visão distorcida do que seja o processo democrático querer que as oposições adiram ao "entendimento alto"?...

O senador Fernando Henrique Cardoso fez questão de reiterar que não haverá fisiologismos em seu governo — o que não impedirá o

presidente da República de manter contato permanente com as forças políticas que o apoiaram com base na realização de um programa. Essa reiteração de que quem decide é o chefe do governo, ouvindo as forças que o sustentam, é importante para que o processo político possa fluir por caminhos normais e para que partido algum pretenda se valer de seu contingente na Câmara dos Deputados ou no Senado para impor nomeações. A época do "é dando que se recebe" terminou, felizmente.

Em Buenos Aires, o presidente eleito fez questão de deixar clara qual será a sua política

O senador Fernando Henrique tocou num problema crucial e que dividirá opiniões: o da Previdência. Fê-lo, contudo, com grande diplomacia: o Brasil é diferente do Chile e da Argentina (países apresentados como modelos de passagem da previdência pública obrigatória para a privada facultativa) e deverá escolher seu próprio caminho sem que ao fazê-lo se firam direitos. A reforma da Previdência Social é necessária — pois, se não for feita, a inflação tenderá a voltar, trazida pelas pressões de caixa da Previdência sobre o Tesouro. Os caminhos para um bom início de governo estão indicados. Agora, é segui-los e ampliá-los.